

O desafio de garantir que todos tenham as mesmas chances contra o câncer

Diversidade, equidade e preparo profissional devem ser os pilares de um cuidado oncológico justo no Brasil

Por Ana Maria Drummond

O Brasil convive com profundas diferenças socioeconômicas e regionais em relação ao cuidado do câncer. São desigualdades que determinam quem chega mais cedo ao diagnóstico, quem inicia o tratamento no tempo adequado e quem tem acesso às melhores terapias. Mas já não é possível falar apenas dessas disparidades sem incluir, com a mesma franqueza, as dimensões raciais, de gênero, identidade, orientação sexual e comportamento que atravessam a jornada oncológica.

O câncer já impõe desafios suficientes. Nenhuma pessoa deveria enfrentar, além da doença, o peso do racismo, da LGBTfobia, do machismo ou de estigmas sociais que afetam o cuidado, a comunicação e os desfechos. Planejar o futuro da oncologia exige reconhecer que diversidade não é um tema acessório, mas parte estruturante da qualidade da assistência.

Os dados mostram que essa desigualdade é concreta. Pessoas negras representam cerca de 56% da população brasileira, mas enfrentam diagnósticos mais tardios, menor acesso a terapias de alta complexidade, sub-representação em pesquisas clínicas e maiores taxas de mortalidade. Esses números não se explicam por fatores biológicos isolados, mas pelo impacto de questões estruturais, institucionais e interpessoais sobre o cuidado em saúde.

Em novembro do ano passado, a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC) lançou seu Guia de Diversidade, que reúne conceitos, ferramentas e recomendações fundamentadas em evidências científicas, literatura especializada, experiências de pacientes e boas práticas clínicas. O material pretende apoiar oncologistas, equipes multiprofissionais e gestores de instituições no compromisso de tornar o cuidado inclusivo uma prática concreta.

Trata-se de uma necessidade urgente! Uma reportagem publicada no portal do Instituto Vencer o Câncer procurou ouvir quem trabalha com essas populações e, infelizmente, a realidade ainda está bem distante das recomendações do Guia da SBOC. No texto, conhecemos a experiência de Juliana Ayomide, que atua junto a mulheres negras em tratamento oncológico no SUS, e tem testemunhado como essas desigualdades se materializam no cotidiano. “Mulheres negras conseguem chegar ao diagnóstico e fazer os exames. O que falha é o tratamento: ele demora, a espera é longa e, muitas vezes, chega tarde demais”, relata.

A desigualdade também se expressa no descrédito da dor, especialmente da dor feminina e negra. A mãe de Juliana morreu aos 50 anos após anos convivendo com um câncer inicialmente desconsiderado. Em outro relato, citado por Juliana, uma mulher ouviu de um médico: “Calma, vocês são fortes, vocês são pretas”.

Ao mesmo tempo, a exclusão se manifesta de forma silenciosa para outras populações. Para Ricardo Souza Evangelista Sant’Ana, enfermeiro e pesquisador em oncologia, membro do Comitê de Diversidade da SBOC, falar em personalização do tratamento sem considerar identidade de gênero e orientação sexual é uma contradição. “A gente fala muito em oncologia personalizada, mas como fazer equidade se não perguntamos identidade de gênero e orientação sexual?”

A população LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras que muitas vezes não aparecem nas estatísticas, mas impactam diretamente o acesso, o acolhimento e a adesão ao tratamento. O medo de julgamento e violência faz com que muitas pessoas adiem ou evitem os serviços de saúde, resultando em diagnósticos mais tardios e piores prognósticos. Campanhas de prevenção e rastreamento seguem, em grande parte, modelos cisgêneros e heteronormativos, afastando parte da população. Como resume Ricardo, “as pessoas não se sentem acolhidas, e isso impacta os desfechos.”

A ausência histórica de coleta sistemática de dados sobre identidade de gênero e orientação sexual dificulta o planejamento de políticas públicas e a produção de evidências. Estudos internacionais indicam maior risco de câncer de mama em mulheres trans após anos de hormonização, reforçando a necessidade de diretrizes específicas de rastreamento, que ainda não existem de forma estruturada no Brasil.

Diante desse cenário, iniciativas como o Guia de Diversidade da SBOC representam um avanço importante ao reconhecer que o cuidado oncológico é atravessado por trajetórias de vida, condições sociais e identidades que interferem

diretamente no acesso, na continuidade do tratamento e nos desfechos clínicos.

Mas guias, protocolos e campanhas não bastam se não forem acompanhados de mudanças estruturais e de investimento consistente em formação e preparo das equipes. Porque vencer o câncer não pode depender da cor da pele, do CEP, do gênero, da identidade, da orientação sexual ou do capital cultural. Essa é, talvez, uma das mais relevantes medidas de sucesso que a oncologia brasileira pode alcançar nos próximos anos.

<https://www.estadao.com.br/saude/vencer-o-cancer/o-desafio-de-garantir-que-todos-tenham-as-mesmas-chances-contr-o-cancer/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Estadão